

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 33/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a necessidade de monitoramento, análise e arquivamento contínuo de todas as menções feitas na mídia acerca da Procuradoria da República em Pernambuco.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - O *clipping* é essencial para que a instituição possa compreender como a atuação institucional é percebida pela sociedade e também para que o MPF possa tomar conhecimento de temas de interesse para a atuação institucional, que não necessariamente já tenham sido informados à instituição por meio dos canais de atendimento ao público.

1.2 - Com a contratação pretendida, a PRPE pode monitorar e analisar todas as notícias veiculadas na imprensa local, regional e nacional relativas à atuação dos seus diversos órgãos e órgãos. Esse monitoramento garante que os profissionais da área de comunicação e os integrantes da instituição possam dimensionar o tratamento dado pela imprensa ao MPF, bem como possam avaliar o impacto das informações veiculadas à imagem da instituição. O conhecimento do enfoque dado às notícias divulgadas norteia a adoção de ações de gerenciamento de crise de imagem e outras capazes de esclarecer a população como um todo sobre o papel e as atribuições do órgão, sempre que necessário.

1.3 - Além do trabalho estratégico de comunicação, a clipagem das notícias relacionadas também permite preservar a memória da instituição, uma vez que o acervo de matérias captadas deve ser entregue ao término do contrato

1.4 - O atual contrato (Contrato MPF/PRPE n.º 9/2024) foi extinto em 17/09/2024, de forma unilateral, em razão dos efeitos decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais, nos termos do art. 137, I e II c/c art. 138, I, §1º da Lei no 14.133/2021, bem como em conformidade com os itens 9.1 – Cláusula Nona e 12.2 – Cláusula Décima Segunda, do Contrato MPF/PRPE n. 09/2024.

1.5 - Dessa forma, justificamos o motivo que ensejou a necessidade dessa nova contratação.

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - A referida contratação encontra-se no Plano de Contratações Anual da PRPE para o exercício de 2024, e está inserida no Planejamento Estratégico Institucional – PEI/MPF para os anos de 2022-2027, instituído por meio da Portaria PGR/MPF nº 1.084, de 19 de dezembro de 2022, principalmente quanto ao atingimento do seguinte objetivo:

- Objetivo Estratégico (OE 07): Aperfeiçoar a comunicação, com uso de linguagem simples e acessível e ênfase na interatividade e na integração.
- OE 09: Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade.
- OE10: Aprimorar os processos de trabalho, conferindo-lhes utilidade e eficiência; ambos constantes na Perspectiva Processos Internos do PEI/MPF.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 - Os serviços objeto deste ETP compreendem as atividades de captação, seleção, compilação em banco de dados, organização, disponibilização e avaliação de matérias jornalísticas publicadas em mídia impressa, eletrônica (nos respectivos sites de rádio e tvê a serem monitorados) e em sites noticiosos da internet, sobre as atividades e assuntos de interesse institucional do Ministério Público Federal, notadamente da Procuradoria da República em Pernambuco, com a íntegra dos textos, indicação de data e hora de veiculação, do veículo no qual o conteúdo foi publicado, entre outros requisitos especificados neste documento. Havendo demanda específica, deverá ser apresentada versão audiovisual ou sonora, conforme for o caso, de matéria veiculada em rádio ou TV que vier a ser solicitada.

3.1.2 - A atualização e a inserção das publicações na plataforma digital deverão contemplar as notícias de interesse publicadas ao longo das **24 (vinte e quatro)** horas do dia, assim que possível, no tempo mais próximo possível da publicação da notícia pelo veículo de origem.

3.1.3 - Os serviços devem ser prestados por empresa especializada e consiste em:

- Monitoramento de menções ao Ministério Público Federal (MPF) pela imprensa de Pernambuco (*clipping*) em publicações na internet;
- Monitoramento de menções, pela imprensa de Pernambuco, a temas relacionados à atuação do MPF (*clipping*) em publicações na internet.

3.1.4 - Todas as matérias clipadas deverão ser revisadas para que não apresentem falhas (links, termos codificados, expressões que não fazem parte do texto veiculado pela imprensa) ou diferenças entre essas e as matérias originais.

3.1.5 - Os conteúdos clipados deverão ser disponibilizados de modo organizado, observando-se nomenclatura e formato próprios, em pastas de assuntos e outras especificações definidas pela CONTRATANTE, podendo ser solicitadas outras alterações no decorrer da execução do contrato a fim de atender as demandas dos usuários da organização.

3.1.6 - A execução dos serviços deverá ocorrer por meio de pesquisa nos veículos e sobre os assuntos de interesse do MPF e PRPE, incluindo as palavras-chave, cruzamento de termos e os demais dados contidos nas especificações do Termo de Referência, bem como em orientações fornecidas, oportunamente, pela ASCOM/PRPE.

3.1.7 - A prestadora dos serviços deve fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários para a execução dos serviços.

3.1.8 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa Nº 01/2010 - SLTI/MPOG** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
- **Decreto Nº 83.284, de 13 de março de 1979:** Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978.
- **Lei 12.965/2014:** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

3.3.1 - Conforme o inciso XV, art. 6º, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, o serviço previsto nesta contratação se enquadra como serviços contínuos:

"XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;"

3.3.2 - Além disto, o inciso XI da Instrução Normativa MPF/SG nº 1, de 8 de fevereiro de 2018, traz o serviço previsto nesta contratação classificado como contínuo:

"Art. 1º No âmbito do Ministério Público Federal, as seguintes contratações são consideradas serviços de natureza continuada:

[...]

XI. Clipping eletrônico;"

3.3.3 - Dessa forma, pelo serviço ter natureza continuada, com base nos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, a Administração da PRPE poderá celebrar contrato com prazo de vigência de **5 (cinco) anos** e prorrogável por até 10 anos.

3.4 - Requisitos Temporais

O envio da coletânea de notícias selecionadas deve ocorrer em todos os dias úteis. As notícias publicadas em dias não úteis devem ser enviadas no primeiro dia útil seguinte, em conjunto com as notícias desse mesmo dia útil.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, se comprometendo a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o

dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.6.2 - Desempenhar os serviços por intermédio de profissionais devidamente especializados e qualificados.

3.6.3 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução.

3.6.4 - Manter quadro efetivo de pessoal com número suficiente para o cumprimento das obrigações deste contrato, sem interrupção, independentemente de qualquer motivo, como férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão.

3.6.5 - Os empregados em questão não terão, em nenhuma hipótese, qualquer relação de emprego com a Procuradoria da República em Pernambuco, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

3.6.6 - Não efetuar a transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto do contrato.

3.7 - Requisitos de Garantia Contratual

3.7.1 - Segundo a Lei nº 14.133/2021:

"Art. 98 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos."

3.7.2 - Conforme a 4ª Edição da Revista Atualizada e Ampliada Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU:

"É facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público. Antes de estabelecer no edital exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto"

3.7.3 - Levando-se em conta os seguintes fatores:

- Há discricionariedade por parte da administração quanto à exigência ou não de garantia;
- Deverá ser analisada a complexidade do objeto;

- No último contrato firmado da Procuradoria da República em Pernambuco com o mesmo objeto da contratação em questão não foi exigida garantia e não ocorreram quaisquer intercorrências na execução do serviço.

3.7.4 – Assim, ante a baixa complexidade do objeto, ao histórico de não ocorrência de descumprimentos contratuais e a não ocorrência de prejuízos à Administração no contrato anterior, não será exigida garantia contratual.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

3.8.1 - A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá comprovar experiência por meio de atestado de capacidade técnica relativo à execução de serviços de clipagem jornalística de impressos e de mídia on-line, expedido por órgãos públicos ou entidades privadas, com comprovação de experiência, nas mídias constantes deste termo de referência.

3.8.2 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, conforme Acórdão TCU nº 1214/2013.

3.8.3 - Da amostra e da demonstração dos serviços

3.8.3.1 - A licitante detentora da melhor proposta será convocada para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, enviar, digitalmente, da mesma forma a se proceder durante a execução do contrato, amostra para verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência.

3.8.3.1.1 - Não será aceita a proposta da licitante que: a) tiver a amostra rejeitada; b) não enviar amostra ou c) não apresentar a amostra no prazo estabelecido no **item 3.8.3.1**.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

3.9.1 - Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade e pequeno vulto não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental

3.10.1 - a contratação deverá observar o disposto no Guia de Contratações Sustentáveis do MPF, e a empresa contratada deverá declarar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão, não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

3.11 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

Não se aplica.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - O serviço de *Clipping* jornalístico online configura-se pelo monitoramento, compilação e apresentação das notícias divulgadas sobre o MPF e sobre temas de interesse do órgão. Dessa forma, independentemente da quantidade de matérias registradas, a prestação do serviço deve atender a todos os pré-requisitos definidos no Termo de Referência e seus anexos, incluindo veículos a serem monitorados e formas de disponibilização das informações.

4.2 - A quantidade de matérias publicadas pela imprensa, e, conseqüentemente, clipadas pela empresa é sazonal e varia de acordo com contextos específicos, tais como a realização de operações de grande impacto, a ocorrência de crises de amplitude local, regional ou nacional que demandem a atuação do MPF, a execução de campanhas e projetos de destaque pela instituição, entre outros fatores. Nesse sentido, independentemente do momento e do contexto, o serviço a ser contratado deve operar de forma satisfatória em situações de grande ou pequeno número de notícias registradas, cumprindo todas as exigências listadas.

4.3 - Pode-se estimar, no entanto, o envio de ao menos dois boletins por e-mail quando houver a citação nominal em publicações do MPF em Pernambuco ou das palavras-chave elencadas pela Assessoria de Comunicação Social para monitoramento, bem como um boletim diário pelo WhatsApp, ao fim do dia, com as notícias veiculadas ao longo daquele dia referentes ao MPF/PE e/ou às palavras-chave elencadas.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - Foram pesquisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias que melhor atendam à necessidade descrita neste estudo.

5.2 - Foram levadas em consideração as seguintes alternativas para contratação pretendida:

5.2.1 - ALTERNATIVA 1: Serviço de *Clipping* por mão-de-obra interna

Nesta proposta, os serviços seriam executados pela ASCOM/PRPE, formada por jornalistas e/ou estagiários lotados na área de comunicação social. Essa é uma opção que demanda uma equipe especializada para realizar somente os serviços de *Clipping*, contudo a ASCOM não possui pessoal exclusivo para esse serviço. Além de demandar tempo exclusivo de dedicação para acompanhamento do noticiário diário para avaliação crítica, a solução impõe a necessidade de uma ferramenta informatizada para pesquisa nos veículos, seleção e disponibilização das notícias, o que inexistia no momento.

5.2.2 - ALTERNATIVA 2: contratação de empresa especializada para o serviço de *Clipping*

Essa é a alternativa que atende à nossa necessidade, pois oferece monitoramento em tempo real, boletins temáticos, envio de alertas das notícias mais urgentes e/ou importantes por meio de aplicativos de mensagens. Algumas das vantagens da contratação apontados pela análise são:

- Expertise e conhecimento especializado;
- Terceirização da atividade, resultando em economia de tempo e recursos;

- Análise de relatórios personalizados;
- Customização de boletins temáticos para atendimento da necessidade do MPF;
- Acesso a uma ampla gama de fontes de notícias.

5.3 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

Após o levantamento das soluções acima, e levando-se em consideração as vantagens e desvantagens de cada uma, a opção mais viável para atender às necessidades da unidade é a **5.2.2**, contratação de empresa especializada para prestação de serviços de *Clipping* jornalístico *online*, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo, conforme especificações que constarão no termo de referência.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Os preços foram estimados por meio de pesquisa de mercado junto às empresas que prestam serviços desta natureza e contratações similares feitas por outros órgãos públicos por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme relatório adicionado como integrante complementar do presente ETP.

6.2 - A pesquisa analisou os preços praticados em contratos de órgãos da esfera federal, verificando-se caso a caso, uma vez que alguns apresentam o valor global e outros o valor mensal. Para a estimativa em questão, utilizou-se o valor mensal, sendo que o valor unitário refere-se a 1 mês de prestação dos serviços.

6.3 - No levantamento das contratações celebradas em outros órgãos, foram identificados os seguintes processos licitatórios que possuem similaridades ao objeto da presente contratação:

Órgão: Procuradoria da República no Espírito Santo

Contrato n. 02/2024 - MPF-ES

Ref.: PGEA 1.17.000.001974/2023-52. Contratantes: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo e a empresa VALUES COMUNICAÇÃO LTDA ME inscrita no CNPJ sob o número 14.774.423/0001-73; Objeto: Contratação de serviço de clipping de matérias jornalísticas do MPF/ES, veiculadas em mídia impressa e on-line; Data da assinatura: 23/04/2024. **Valor Mensal: R\$ 970,00** (novecentos e setenta reais). Vigência: 05 (cinco) anos, contados da emissão da Ordem de Serviços. Assinam: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual, pela contratante e HENRIQUE MANOEL PEREIRA COSTA, pela contratada.

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Local: Brasília/DF

Unidade executora: 200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PÚBLICO FED.

Tipo: Contrato (termo inicial)

Receita ou Despesa: Despesa

Processo: 1.00.000.007394/2023-76

Categoria do Processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 11/12/2023

Data de assinatura: 07/12/2023

Vigência: de 07/12/2023 a 06/12/2024

Id contrato PNCP: 26989715000102-2-000907/2023

Fonte: Compras.gov.br

Id contratação PNCP: 26989715000102-1-000841/2023

Objeto: Prestação de serviços de clipping de matérias jornalística de interesse da Procuradoria-Geral da República, veiculadas em mídia impressa, on-line (sites da internet, blogs, entre outros), em rádio e televisão, de alcance regional, nacional e internacional, com monitoramento e envio de alertas das notícias mais urgentes e/ou importantes por meio de aplicativos de mensagens (whatsapp) em tempo real, conforme as especificações e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Valor contratado: R\$ 24.000,00. **Valor mensal: R\$ 2.000,00**

Nome/Razão social: VALUES COMUNICACAO LTDA

CNPJ/CPF: 14.774.423/0001-73

Tipo: Pessoa jurídica

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Local: Brasília/DF

Unidade executora: 200200 - PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO DF

Tipo: Contrato (termo inicial)

Receita ou Despesa: Despesa

Processo: 20.02.0001.0001749/2023-16

Categoria do Processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 20/10/2023

Data de assinatura: 17/10/2023

Vigência: de 17/10/2023 a 16/10/2024

Id contrato PNCP: 26989715000102-2-000573/2023

Fonte: Ministério Público da União

Id contratação PNCP: 26989715000102-1-000657/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de clipping de matérias jornalísticas de interesse do Ministério Público do Trabalho (MPT), publicadas em mídia impressa (jornais e revistas), eletrônica (rádio e televisão) e online e (sites da internet e blogs), de acordo com as especificações, condições e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e no Processo em epígrafe.

Valor contratado: R\$ 25.800,00. **Valor mensal: R\$ 2.150,00**

Nome/Razão social: ICLIPPING SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E INFORMAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 39.599.227/0001-30

Tipo: Pessoa jurídica

Pesquisa por	Órgão/Fornecedor	Valor mensal (R\$)	Valor total (R\$)
Ente Público	Procuradoria da República no Espírito Santo	R\$ 970,00	R\$ 11.640,00
Ente Público	Secretaria de Administração do MPF	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
Ente Público	Procuradoria Geral do Trabalho/DF	R\$ 2.150,00	R\$ 25.800,00
Fornecedor	Mídia MYCLIP	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00
Fornecedor	Content Assessoria e Clipping	R\$ 4.370,92	R\$ 52.451,00
Fornecedor	Sérgio Machado Reis - EPP	R\$ 3.150,00	R\$ 37.800,00

6.4 - Os preços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

6.5 - Para formação do preço de referência foi escolhido o critério da **MÉDIA** obtido na pesquisa de preços, priorizada a pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023.

6.4 - O **preço estimado mensal** para a presente contratação é de **R\$ 2.216,67** (dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), perfazendo um total anual de **R\$ 26.600,04** (vinte e seis mil, seiscentos reais e quatro centavos), conforme relatório de cotação em anexo.

ITEM	CÓD. GRUPO	CÓD. SERVIÇO	DESCRIÇÃO	QTDE (MÊS)	MÁXIMO VALOR MENSAL ADMISSÍVEL
1	844	10219	Serviço de <i>clipping</i> jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo, conforme especificações que constarão no Termo de Referência.	12	R\$ 2.216,67
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO:					R\$ 26.600,04

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - Contratação de empresa especializada para serviço de *clipping* jornalístico *online*, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para a Procuradoria da República em Pernambuco.

7.2 - Os serviços compreendem as atividades de captação, seleção, compilação em banco de dados, organização, disponibilização e avaliação de matérias jornalísticas publicadas em mídia impressa, eletrônica (nos respectivos sites de rádio e tevê a serem monitorados) e em sites noticiosos da internet, sobre as atividades e assuntos de interesse institucional do Ministério Público Federal, notadamente da Procuradoria da República em Pernambuco, com a íntegra dos textos, indicação de data e hora de veiculação, do veículo no qual o conteúdo foi publicado, entre outros requisitos especificados neste documento. Havendo demanda específica, deverá ser apresentada versão audiovisual ou sonora, conforme for o caso, de matéria veiculada em rádio ou TV que vier a ser solicitada, entre outros requisitos melhores especificados no Termo de Referência.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensas eletrônicas, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada para serviço de *clipping* jornalístico. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa especializada para prestação de serviços de *clipping* jornalístico *online*, com monitoramento de

mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para a Procuradoria da República em Pernambuco.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a contratação por meio da **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com base no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, foi a forma mais vantajosa, considerando o custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade) e em atenção ao princípio da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

[]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), no caso de outros serviços e compras;"

[]"

8.4 - Para análise da exclusividade ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - ❖ não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - ❖ o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - ❖ a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da realização de **"Dispensa Eletrônica exclusivo para ME/EPP"**, para prestação de serviços de *clipping* jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para a Procuradoria da República em Pernambuco.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.2 - Não há viabilidade técnica para a adjudicação por mais de um item, uma vez que o serviço de *Clipping* jornalístico *on-line*, por sua natureza, não é suscetível à divisão. Nesse sentido, não se aplica o parcelamento da solução por se tratar de produto único.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - Os resultados almejados consistem em atender a demanda da ASCOM/PRPE de forma célere e eficiente para um acompanhamento abrangente e atualizado das notícias veiculadas nos principais veículos de comunicação. Com isso, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Monitoramento abrangente: Possibilita que a instituição esteja ciente das informações divulgadas, permitindo uma visão completa do panorama midiático.
- Dimensionar o tratamento dado pela imprensa à PRPE: permite identificar eventuais lacunas de informação, corrigir equívocos e adotar estratégias de gerenciamento de crise de imagem, caso necessário.
- Agilidade e tomada de decisões: permite que as informações sejam acessadas e compartilhadas de forma rápida e eficiente. Isso proporciona subsídios essenciais para a tomada de decisões no âmbito finalístico e administrativo do MPF, garantindo agilidade e assertividade nas ações desenvolvidas.
- Preservação da memória institucional: o acervo de matérias clipadas ao longo do contrato é entregue ao MPF, garantindo a preservação da memória institucional.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1 - Não são necessárias adequações e/ou modificações no ambiente do órgão previamente à contratação.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

13.1 - Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 - Por se tratar de um serviço *on-line*, não há impacto ambiental no desenvolvimento das atividades previstas na presente contratação.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada em serviços de *clipping* jornalístico *online*, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo para a Procuradoria da República em Pernambuco **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 10 de outubro de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

FLÁVIA PIERANGELI CARVALHO
ASCOM/PRPE
SETOR DEMANDANTE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE

IZAHILTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00065385/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 33-2024**

.....
Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **10/10/2024 09:53:18**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **10/10/2024 09:55:20**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FLAVIA PIERANGELI CARVALHO**

Data e Hora: **10/10/2024 13:24:38**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **10/10/2024 14:18:51**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **10/10/2024 14:25:44**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **10/10/2024 16:53:18**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave ddf0c76.7e7077a1.5d35b66d.d32e56ef